

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS: FRAGILIDADES INTENCIONADAS?¹

Ronilda Rodrigues da Silva Oliveira
Universidade do Estado da Bahia – UNEB/BRASIL
ronilda_oliveira@hotmail.com
Gabriela Sousa Rêgo Pimentel
Universidade do Estado da Bahia – UNEB/BRASIL
meg.pimentel@uol.com.br
Maria Gorete Sacramento de Jesus
Universidade do Estado da Bahia – UNEB/BRASIL
gorete.sacramento@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Será possível pensar em Políticas Públicas Educacionais no Brasil no contexto da contemporaneidade, sobretudo nesses últimos anos, quando a educação vem sofrendo uma série de inconsistências que abalam sobremaneira suas estruturas? Quais desafios encontram-se para que essas políticas de fato sejam efetivadas, beneficiando os sujeitos que mais precisam delas?

Este trabalho objetiva apresentar uma discussão teórico-metodológica acerca das fragilidades intencionadas das Políticas Públicas Educacionais no Brasil e está subdividido em duas subseções: Fragilidades intencionadas contemporâneas brasileiras; Políticas Públicas Educacionais no Brasil: passagem dos ministros pelo Ministério da Educação (MEC).

Buscou-se dar visibilidade às inconsistências contemporâneas educacionais e às necessidades dos brasileiros mais pobres, enquanto povos latino-americanos, que dependem das Políticas Públicas Educacionais para sair do estado de opressão (FREIRE, 1987), refletindo-se sobre as fragilidades intencionadas na Política Pública Educacional brasileira, fator que tem influenciado sobremaneira a implementação destas políticas. Abordou-se a passagem dos ministros pelo MEC para demonstrar a falta de sustentação do governo no que se refere à educação no Brasil.

¹¹ Este texto faz parte das atividades do Grupo de Pesquisa: EDUCATIO - Políticas Públicas e Gestão da Educação, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.1 Fragilidades Intencionadas Contemporâneas Brasileiras

Segundo Bonetti (2011, p. 17-18) as políticas públicas “são as ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer um investimento ou para uma mera regulamentação administrativa”. Corroborando com Bonetti (2011) ressalta-se que essa visão apresenta certa intranquilidade, devido às incertezas que os brasileiros vivem no contexto atual. As Políticas Públicas, assim como as demais ações do governo têm passado por um dos piores momentos da história do Brasil.

Se observarmos o histórico da educação brasileira é possível fazer conjecturas que as fragilidades intencionadas nas Políticas Públicas Educacionais estiveram sempre presentes. Em alguns momentos implícitos e em outros explícitos. Entende-se que essa ideia de incertezas faz com que as ações preconizadas para determinadas políticas fiquem cada vez mais fragilizadas e acabem se perdendo no emaranhado de problemas políticos com os quais os brasileiros convivem. “O processo histórico acerca das políticas educacionais no Brasil reflete preocupações sobre os dilemas, os desafios e as potencialidades na garantia do direito à educação”. (PIMENTEL, 2015, p. 137).

Imbernón (2000), Rigal (2000), falam de uma perspectiva de olhar o futuro, mas analisando os acontecimentos do passado. Destaca que a escola moderna manifesta suas crises de diversas formas e aponta três tipos que permeiam nosso contexto histórico: crise por sua falência na constituição de sujeitos políticos; crise pela liquefação de seu monopólio cultural; crise por dificuldades de reconversão diante da dinâmica da produção científica. Em se tratando do contexto latino-americano, as três dimensões dessa crise quando articuladas geram uma nova crise, ainda mais danosa, a crise da precariedade e da deterioração da escola.

Na visão de Marcon (2016), as práticas de resistência às múltiplas formas de dominação historicamente construídas precisam ser potencializadas, no sentido de ganharem forças frente à luta pela implementação de Políticas Educativas da América Latina, que estejam em consonância com os problemas que afetam diretamente os setores mais marginalizados da sociedade. As fragilidades intencionadas das políticas afetam diretamente a implementação dessas ações trazendo sérios prejuízos para a educação e por esse motivo merecem uma atenção maior entre os pesquisadores.

2. 2 Políticas Públicas Educacionais no Brasil: passagem dos ministros pelo MEC

Ao analisar as Políticas Públicas Educacionais no Brasil, a partir dos anos 1990, em síntese, Assis (2014), constatou que no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) predominou a política do Estado Avaliador, sendo adotado um carácter competitivo, influenciado pela lógica de mercado. Como assevera Dourado (2019), diante do complexo processo de democratização pós-ditadura militar ainda se conviveu com a dificuldade de o Estado assumir seu papel no que diz respeito à ampliação e efetivação das políticas sociais no Brasil.

De acordo com Assis (2014), no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) prevaleceu a política de inclusão, uma vez que o aumento de verbas para escolas e universidades ocasionou um significativo aumento de cotas e bolsas. Esse governo foi marcado pela tentativa de diminuição da desigualdade social no país e “[...] é importante ressaltar a ocorrência de avanços nas arenas tradicionais do poder político no sentido de alargamento dos direitos sociais e coletivos, entre eles, a educação nos governos Lula” (DOURADO, 2019, p. 8).

Segundo Assis (2014), a presidente Dilma Rousseff (2011 a 2013) tentou dar continuidade às ações desenvolvidas no governo anterior, no sentido de prezar pela qualidade da educação no Brasil, manteve a ênfase nas avaliações em larga escala a fim de compreender como estava a educação brasileira para instituir políticas educacionais. Afastada em 2016 devido à abertura de um processo de *impeachment*, o vice-presidente Michel Temer assumiu o governo, porém não foi possível perceber mudanças significativas na área da educação.

Analisando o cenário atual de Bolsonaro, desde o ano de 2019, quando este toma posse da Presidência da República, percebe-se uma série de inconsistências em seu governo, sobretudo no que diz respeito à educação. De acordo com a Resolução CNE/CP N° 2 de 22 de dezembro de 2017, deveria ser feita a adequação dos currículos para atender às prerrogativas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o que necessitaria de uma postura forte do governo para que sua implementação fosse eficaz e as Políticas Educacionais caminhassem de acordo com as propostas desse novo documento.

No entanto, nota-se uma lógica mercadológica e uma série de cortes de verbas das universidades públicas. Estas questões de inconsistências nas Políticas Educacionais do governo Bolsonaro estão fundamentadas na própria constituição do MEC que durante este mandato (2019/2022) teve à sua frente 3 (três) ministros efetivos e 2 (dois) que não chegaram

a assumir o cargo. Destes dois, o primeiro, Carlos Decotelli, embora tenha sido bastante elogiado pelo presidente por suas qualificações profissionais, não chegou a assumir o cargo devido a polêmicas relacionadas a possíveis fraudes nas questões acadêmicas. Já o segundo, Renato Feder, declarou seu apoio ao governo, mas preferiu se declinar do convite feito pelo presidente.

Dos 3 (três) ministros que assumiram o cargo, Ricardo Vélez Rodríguez foi o primeiro. Filósofo e professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Vélez é colombiano naturalizado brasileiro. Assumiu o governo por apenas 3 (três) meses, sendo demitido pelo presidente por conta de discordâncias na gestão do ministério. Logo em seguida, assume o cargo, entre abril de 2019 a julho de 2020, o economista e professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub. Este deixa o cargo após várias polêmicas em sua gestão, sendo a última, a tentativa de atacar as cotas para negros nas universidades, para assumir a representatividade do Brasil, no Banco Mundial. Atualmente, após indicações frustradas por parte do presidente Bolsonaro, o MEC está sendo gerido pelo professor e pastor Milton Ribeiro que inicia seu mandato com polêmicas falas devidas às suas convicções de cunho religioso.

3. CONCLUSÃO

Os desafios encontrados para que as políticas públicas no Brasil sejam efetivadas beneficiando os sujeitos mais pobres, são imensos devido a uma falta de capacidade de reconhecer as desigualdades sociais, de vontade política de construir uma educação que atenda minimamente aos anseios da população, acentuado pela crise e fragilidade do Ministério da Educação.

Com efeito, supõe-se que a Política Pública Educacional no Brasil terá sérias dificuldades para encontrar um terreno fértil para produzir bons frutos, ficando cada vez mais distante o ideal de uma educação de boa qualidade para as classes trabalhadoras. A agenda das Políticas Públicas Educacionais não tem encontrado espaço como prioridade no governo, evidenciando incertezas e fragilidades.

REFERÊNCIAS

ASSIS, R. M. de. **O Ideb nas escolas da rede municipal de ensino de Jataí- GO**: qualidade, avaliação e interferências. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação 2014. 299 f.

BONETI, L. W. **Políticas Públicas por dentro**. 3. ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

DOURADO, L. F. Estado, Educação e Democracia no Brasil: retrocessos e resistências. **Educ. Soc.**, Campinas, v.40, e0224639, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

IMBERNÓN, F. Amplitude e profundidade do olhar: a educação ontem, hoje e amanhã. In: IMBERNÓN, F, (Org.). **A educação do século XXI**: os desafios do futuro imediato. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MARCON, T. Epistemologia e política educacional: contribuições de Santos e Wallerstein. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**. vol. 1, n. 1, 2016 enero-junio.

PIMENTEL, S. R. G. **Ensino médio**: contradições conceituais. Curitiba: CRV, 2015.

RIGAL, L. A escola crítico-democrática: uma matéria pendente no limiar do século XXI. In: IMBERNÓN, F. (Org.). **A educação do século XXI**: os desafios do futuro imediato. Porto Alegre: Artmed, 2000.